

O Pacto Social Europeu 1945 e a União Europeia¹

Resumo

O Estado Social europeu nasce robusto em 1945-1947, dez anos antes da CECA (depois CEE e UE). A União Europeia sedimenta-se só nos anos 80 do século XX, depois de várias crises. Quando se consolidou a União Europeia, o Estado Social começara já a entrar em crise, embora paulatina, é esse o argumento central deste artigo. A UE vai ter um papel determinante, através do fundo social europeu e das directivas comunitárias, em substituir o Estado Social (políticas universais com base em taxação progressiva) pela Assistência Social (políticas focalizadas nos desempregados e pobres com base em transferência de renda de trabalhadores de sectores médios para trabalhadores pobres).

Palavras-chave: Estado Social. Europa. União Europeia. Projecto Europeu.

Para citar este artigo:

VARELA, Raquel. O Pacto Social Europeu 1945 e a União Europeia. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 574 - 600, jan./abr. 2019.

DOI: 10.5965/2175180311262019574

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180311262019574>

Raquel Varela

Doutora em História Política e Institucional pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE). Investigadora e professora universitária da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Membro do International Institute for Social History Amsterdam. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF).

Lisboa - PORTUGAL

raquel_cardeira_varela@yahoo.co.uk

orcid.org/0000-0001-6121-1379

¹ Neste artigo, optou-se por manter a grafia do idioma nativo (português de Portugal).

The European Social Pact 1945 and the European Union

Abstract

The European Welfare State was born robust in 1945-1947, ten years before the European Coal and Steel Community (ECSC) (later CEE and EU). The European Union has settled down only in the 1980s, after several crises. When the European Union is consolidated, the Welfare State has begun to enter into crisis, although gradually, this is the central argument of this article. The EU will play a decisive role, through the European social fund and the Community directives, in replacing the Welfare State (universal policies based on progressive taxation) by Social Assistance (policies focused on the unemployed and the poor based on the transfer of workers' income of average sectors for poor workers).

Keywords: Welfare State. Europe. European Union. European Project.

Introdução

Com frequência associa-se a construção do pacto social Europeu – Estado Social – à União Europeia. É um anacronismo. Ou seja, parte do que somos hoje para reconstruir um passado inexistente, projecta sentimentos e vivências actuais, instituições e formas de organização social, num passado que não as viveu como tal.

Os Estados Sociais nascem na Europa em 1945, de um pacto social inédito até aí entre *capital e trabalho*. Pacto que em 1947 e 1948 estava criado e consolidado, com uma amplitude de direitos universais prestados obrigatoriamente pelos Estados nunca conhecida na história. O projecto europeu começa em 1947, vai desenvolver-se muito lentamente, ter o seu primeiro acto em 1951 mas só nos anos 80, depois das crises de 1970-73 e 1981-84 é que vai consolidar-se.

A outra grande distinção entre o Estado Social e a União Europeia é que a União Europeia nasce historicamente de um acordo entre as classes sociais dirigentes, dos países mais ricos, EUA em primeiro lugar, e, na Europa, sobretudo o motor industrial, a França e Alemanha. É um projecto económico complexo, também ele inédito no processo histórico, mas cuja força motriz é económica e institucional, e as suas dimensões sociais são fundamentalmente consolidadas a partir da década de 1980 do século XX como assistencialistas, tendo um papel fundamental na reversão da universalidade do Estado Social. E na sua substituição por programas assistenciais, cada vez mais amplos. A União Europeia não só não é o Estado Social como a evolução desta, a partir dos anos 90, significou uma quebra no Estado Social, substituído por um Estado assistencial, esse sim em íntima relação com o projecto europeu.

O Estado Social Europeu

Em 1945 e nos anos que se seguiram à guerra, num quadro em que os trabalhadores estavam armados; a resistência tinha penetrado nas estruturas de organização da sociedade - e em muitos lugares era um poder alternativo ao do Estado. Que geria mesmo localidades, cidades, fábricas. E em que a propriedade, sobretudo pessoal e de serviços, estava destruída, devastada. E, finalmente, no meio de uma onda de greves realizadas fora das estruturas sindicais, em 1947-48, as chamadas “greves selvagens». Desta conjugação de factores nasce o primeiro pacote universal de direitos laborais e sociais na Europa - o Estado Social Europeu.

Segundo Tony Judt:

Em 1947, a França, como a Itália, foi ameaçada de violentas manifestações e um aumento constante no apoio ao Partido Comunista e aos seus sindicatos. A negligência deliberada do sector de bens de consumo e a alocação de recursos nacionais escassos para um punhado de sectores industriais importantes podia fazer sentido como estratégia económica de longo prazo: mas o risco era altíssimo. (JUDT, 2006, p. 72).

Também os Estados Unidos vivem aquilo que ficou conhecido como a “onda de greves do pós guerra” (DUNLOP, 1949, p. 4-5.). Durante a guerra tinha havido um acordo dos trabalhadores com as empresas, contra o inimigo externo comum, que levou os

sindicatos a concordar nos EUA com a renúncia do exercício da greve, por exemplo. Finda a guerra recomeça a luta entre capital e trabalho nas grandes fábricas – seguir-se-á o macarthismo, o anti-comunismo radical, e a consequente divisão dos sindicatos nos EUA e Canadá, tema que aqui não vamos explorar, mas é essencial para compreender hoje a direcção política das principais organizações sindicais mundiais. Das quais fazem parte os grandes sindicatos europeus de hoje, entre eles a *Global Industrial Union* e a ITF (*International Transport Federation*).

Até 1945-1947 existiram na Europa uma série de formas de protecção social que na transição do século XIX para o século XX procuraram mitigar a pobreza das classes trabalhadoras. Não eram universais, isto é, para toda a população, são exemplos os seguros sociais na Alemanha de Bismarck, entre 1883 e 1889; um embrião de seguro nacional e pensão de reforma do governo liberal inglês da primeira década do século XX, os primeiros ministérios da saúde em França e Inglaterra depois da I Guerra; e o próprio planeamento social do Estado Nazi anos 30. Também em Portugal desenham-se, com escasso cumprimento *de facto*, os primeiros seguros obrigatórios durante a República (1910-1926) (VARELA, 2013). E ainda seguros compulsórios de desemprego na Inglaterra em 1911, na Áustria em 1920, na Noruega em 1928. Todas as prestações eram – sublinhamos - focalizadas, não universais. Eram também reformas *ad hoc*, como recorda o historiador Tony Judt (2006, p. 73). Ou seja, não eram planeadas a nível nacional como política pilar de Estado.

Foi preciso no fim da II Guerra, com a derrota nazi realizada com os trabalhadores armados, a escassez real de força de trabalho pela mobilização para a guerra, e a própria devastação física de uma parte da população, para nascer um corpo de reformas inéditas. Que configuravam, de forma diversa consoante o país (no tipo de serviços prestados e origem das receitas), um conjunto amplo que garantia a protecção de quem trabalhava, desde a infância até à morte. O Estado, do “berço à cova”. Deixando para trás a dependência da família, a insegurança do desemprego, a mendigagem do assistencialismo arbitrário.

Com excepção dos estados do sul da Europa (que esperará pela revolução portuguesa a transição espanhola para ver o seu Estado Social nascer (1974-1978)), o

Estado Social Europeu abarcava educação, habitação, cuidados médicos, recreação e lazer urbanos, transportes públicos subsidiados, cultura e arte subsidiadas. O plano mais conhecido de “Estado Social» é o de um político conservador britânico, o barão William Beveridge, publicado em Novembro de 1942 - Report on Social Insurance and Allied Services. Mas, com diferenças entre si, todos os planos sociais universais assentavam na ideia de redistribuição com taxação progressiva: *quem ganha mais deve pagar mais*.

O outro facto que referimos é a destruição física da propriedade. Para a reconstruir era necessário um acordo interno com quem ia fazê-lo, as classes trabalhadoras. Mas era também indispensável uma economia planificada para reerguer as estruturas destruídas – redes de estradas, ferrovias, fábricas, rede eléctrica, distribuição de água, saúde e educação, etc., era impossível reerguer esta infra-estrutura sem uma economia planificada. O realizador Ken Loach chamou-lhe, às lutas sociais e ao esforço de construção planificado da economia e do Estado Social, *O Espírito de 1945*, num filme distinguido como melhor documentário em 2013 na GB, filme dirigido em plenos efeitos da crise de 2008 e dos debates em torno da – alegada, mas nunca provada, pelos Estados (VARELA, 2012; SHAIK 2003) - insustentabilidade do Estado Social europeu.

Todos os governos europeus, sem excepção, em 1945, recorrem às nacionalizações, só iniciando as privatizações quando estas redes, pela economia planificada, estavam erguidas e estruturadas a nível nacional (na década de 70). Nacionalização não é sinónimo de economia socialista, só será se as mesmas empresas estiverem, além de nacionalizadas, sob controlo dos trabalhadores.

As privatizações de Margaret Thatcher nos anos 80, e dos governos europeus implicavam a derrota dos sindicatos que tinham assinado o pacto social, a começar pelo elo mais forte, o dos mineiros. Mas só eram rentáveis porque o Estado, através de impostos, tinha assumido a viabilidade económica da construção das empresas, que depois vão ser privatizadas. Imaginemos como teria sido numa economia concorrencial capitalista cada empresa construir, com os seus critérios, um troço de ferrovia? O capitalismo - para se “salvar de si próprio” -recorreu à economia planificada. Esta, a planificação económica, não é como já referimos sinónimo de economia socialista, e também não foi a causa da decadência da URSS – como o neoliberalismo arroga. A

regressão da URSS remete à ausência de liberdade e inovação que grassava nesses países e que impedia o desenvolvimento científico e tecnológico (TICKTIN, 1973).

A seguir à Guerra o papel do Estado agiganta-se assim, como investidor, como salário social (Estado Social) e, mais tarde, depois da década de 70, como financiador, com a explosão da dívida pública (TOUSSAINT, 2005). O Estado é um fenómeno extremamente complexo nas sociedades – nem as estatísticas nem o quadro legal hoje conseguem transmitir na totalidade a complexidade das formas de intervenção do Estado, directas e indirectas na configuração da economia e das relações/condições laborais e de modo de vida. Não cabe aqui debatê-lo mas este é um dos resultados centrais da II Guerra, o Estado cresce e consolida-se: manutenção da força de trabalho (cuidados de saúde); formação da força de trabalho (educação e formação profissional); política fiscal; dívida pública e orçamento público; gestão dos espaços colectivos e transportes, etc.

A acrescentar a esta dimensão há a incorporação das classes trabalhadoras à produção, num quadro de escassez de força de trabalho. Começam as primeiras ondas migratórias do sul da Europa e da Turquia para a reconstrução, e há um real congelamento dos salários directos através do pacto social de segurança no emprego. O grande apelo ideológico vai ser não o projecto europeu (a CECA, CEE e futura União Europeia), um projecto de classes dirigentes, mas a “reconstrução da nação” depois da guerra. O “apelo nacional”. Em que os partidos comunistas e socialistas, onde estiveram no Governo, sobretudo na França do PCF, e o Labour inglês, tiveram um papel chave.

No Japão e na Alemanha, zonas ocupadas pelos EUA, foi ainda mais simples subordinar os trabalhadores porque, não só estavam as organizações de trabalhadores destruídas pelas ditaduras nazi e pelo império japonês, como pela força da ocupação militar norte-americana, o *americanismo-fordismo* na produção teve um papel directo na gestão, alocação de recursos, força de trabalho, e até organização (e limitação) dos próprios sindicatos. Cabia aos EUA decidir quem, como e onde iam trabalhar. E o que iam produzir.

Para Tony Judt:

As perspectivas de estabilidade política e reformas sociais na Europa pós-Segunda Guerra Mundial todas dependeram, em primeiro lugar, da recuperação da economia do continente. Nenhuma quantidade de planeamento estatal ou liderança política poderia conjurar a Himalaica tarefa que enfrentaram os europeus em 1945. O impacto económico mais óbvio da guerra estava no *stock* habitacional. Os danos em Londres, onde três milhões e meio de casas na área metropolitana foram destruídas, foram maiores do que os provocados pelo Grande Incêndio de 1666. Noventa por cento de todas as casas em Varsóvia foram destruídas. Somente 27 por cento dos edifícios residenciais em Budapeste em 1945 estavam habitáveis. Quarenta por cento do *stock* imobiliário alemão desapareceu, 30% do britânico, 20% do francês. Na Itália, 1,2 milhões de casas foram destruídas, principalmente em cidades de 50 mil ou mais pessoas. (...) A escassez de habitação duraria até meados da década de 1950. Como uma mulher de classe média expressou: 'Estou tão desesperada por uma casa que aceitaria qualquer coisa, 4 paredes e um telhado, é o tamanho da minha ambição (JUDT, 2006, p.82).

Ao lado - e tão importante quanto o campo dos direitos sociais – é o nascimento do pacote de direitos laborais. Que limitavam a acumulação de lucro, sem a impedir porém. Os princípios humanitários contra as condições humilhantes em que vivam as classes trabalhadoras – sufragados pela Organização Internacional do Trabalho, nascida do Tratado de Versalhes na I Guerra – não eram suficientes para impedir os trabalhadores de ameaçar a ordem e a hierarquia estabelecidas na acumulação capitalista. Queriam *segurança no emprego*.

Segurança no emprego em regimes democráticos significa controlo parcial do preço do salário pelos trabalhadores. Porque no capitalismo, sem ditaduras (nas ditaduras o salário é regulado pela proibição de sindicatos e partidos de trabalhadores), o regulador do salário é o desemprego ou a ameaça deste. Que, *no espírito de 45*, estava limitado. Por um conjunto de leis, e pactos com os sindicatos e partidos representantes dos trabalhadores, que proibiam os despedimentos ou associavam a estes avolumadas indemnizações, que dissuadiam as demissões.

Depois da Guerra, recordar-nos o autor da *História do Socialismo*, Donald Sassoon,

as 8 horas de trabalho foram adoptadas em todo o lado, se não *de jure*, de facto. Isto não era uma pequena reforma. O próprio Marx chamou às restrições legais à extensão do horário de trabalho uma ‘poderosa barreira social’ e uma modesta Magna Carta que torna claro quando termina o tempo em que os trabalhadores vendem a outros a sua força de trabalho e começam a viver o tempo para si (...) o tempo de lazer, a base autêntica da liberdade, e pré condição necessária para o exercício da actividade política, estava agora protegido pela lei». (SASSOON, 2014, p. 117).

Não era, como recorda Judt, historiador conservador, aqui com ironia, “a revolução espiritual e social que tantos durante a resistência à guerra sonharam, mas foi um primeiro passo para sair do desesperante e cínico tempo de entre guerras”. (JUDT, 2006, p.76).

A explicação de Charles Maier é que o apelo à “reconstrução nacional” foi determinante. Mesmo em França, onde a resistência nas fábricas durante a ocupação era a resistência aos patrões também (ocupantes ou, por vezes, colaboradores com o nazismo), mesmo aí as greves de 1947 e 1948 não resistiram ao *boom* económico que se seguiu, e ao pacto entre Estado, Patrões e Sindicatos para estabilizar socialmente o país (MAIER, 1981, p. 338). Numa palavra, a “política da produtividade» (MAIER, 1981, p. 345), abraçada pelos dirigentes dos trabalhadores que “acreditavam nas premissas do crescimento organizado do capitalismo de bem-estar”. (MAIER, 1981, p. 338) Para o autor foi ainda essencial a já referida a disciplinarização, sob as ditaduras anteriores, das classes trabalhadoras alemã e japonesa.

É uma simplificação grosseira insistir que as únicas duas forças em confronto eram a democracia e nazismo, portanto uma disputa de *regimes políticos*. Havia outros campos, como o da revolução, logo uma disputa de *Estados e modos de acumulação*. Capitalismo e Socialismo.

Contra o nazismo lutaram as potências democráticas liberais mas também milhões de revolucionários. Em alguns países, como na Grécia, na Jugoslávia, em Itália e na França tinham muita força. Nos próprios campos da Sibéria – o mais famoso Vorkuta, onde houve um levantamento contra o trabalho forçado, que obrigou nos anos seguintes à libertação de 90% dos prisioneiros-trabalhadores destes campos – os próprios

trabalhadores forçados colocaram-se à disposição do exército contra o nazismo. O binómio não era só a luta entre democracia e fascismo. Mas também entre Estado e poder revolucionário. A construção do Estado Social e do pleno emprego demonstra justamente que a revolução não era um sonho, como Judt refere. Mas uma possibilidade real, para quem a apoiava. Ou um perigo eminente, para os que a temiam.

A Guerra Fria

A Guerra-fria constitui o período da história do século XX, que dura entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e a queda da URSS (1991), marcado pela disputa estratégica entre os EUA e a URSS por recursos e influência política a nível mundial. É um conflito que nunca chegou a uma guerra entre as duas super-potências pelo risco previsível de colapso nuclear, mas que se saldou por inúmeros conflitos sobretudo nos países periféricos. Esta batalha teve impactos a nível político, militar, económico e ideológico.

A 5 de Março de 1946 Churchill faz o mais importante discurso do início da guerra-fria em que anuncia, numa passagem célebre, que caiu uma cortina de ferro a separar a Europa. A guerra fria de facto já se tinha iniciado em 1944 quando a derrota de Hitler se torna evidente e começa a luta pelo controle político da Europa :

“(…) quando Harry S. Truman anunciou o seu apoio às forças anticomunistas no Turquia e na Grécia (1946), a Agência Central de Inteligência (CIA) ajudou os conservadores a derrotar os comunistas italianos e franceses nas eleições de 1947, e a URSS forçou os Estados da Europa do Leste a caírem na sua órbita, a animosidade atingiu proporções dramáticas durante o bloqueio de Berlim em Junho de 1948. Nesta luta corpo a corpo, um conselheiro de Truman (Bernard Baruch) usou o termo ‘Guerra antiga’ para descrever o conflito, e um colunista (Walter Lippmann) tornou a frase amplamente conhecida”. (PRASHAD, 2007, p. 17).

A União Soviética – o país que mais contribuiu militarmente para a derrota de Hitler – sai com o prestígio reforçado da guerra. Churchill, Estaline e Roosevelt já se tinham encontrado em Yalta em 1945, onde bordaram a cortina. Mas os líderes da Europa Ocidental e dos EUA temiam o imenso prestígio que as ideias socialistas tinham adquirido

junto de milhões de europeus, dando um novo fôlego eleitoral e social aos partidos comunistas e às organizações de trabalhadores.

O discurso de Churchill é, assim, o início de uma duríssima batalha ideológica para retirar influência às ideias socialistas – esta batalha só vai ser ganha com a queda do muro em 1989. O discurso centra-se no ataque à falta de liberdade política na URSS e áreas de influência directa. Desde Fulton, onde o discurso é pronunciado, a URSS passa a ser tratada como um Estado totalitário e o Ocidente, como um reduto de liberdade. Em 1949 George Orwell publica *1984*², um romance distópico sobre os Estados totalitários.

Naquele dia, e de Março de 1946, Winston Churchill foi ao Westminster College, em Fulton, no Missouri (EUA), receber um título de doutor *honoris causa*. Mas aquilo que era para ser uma cerimónia privada estava destinado a ser muito mais. Os conservadores tinham perdido as eleições inglesas a seguir à guerra, em 1945, e desde essa altura, Churchill já não era primeiro-ministro. Apesar disso o Presidente dos EUA, Harry Truman, desloca-se a Fulton. Era óbvio que não se tratava de um mero discurso pessoal, mas de um encontro de líderes a pronunciar um grito de guerra – o grito da guerra fria. O discurso tem imediatamente repercussões mundiais.

O *Diário de Lisboa*, logo a 6 de Março de 1946, transcreve o discurso de Fulton:

“Ninguém, em qualquer país do Mundo, deixou de dormir menos tranquilamente na sua cama porque o conhecimento e o método e as matérias-primas da bomba atómica estão actualmente retidos em mãos dos norte-americanos. Suponho que ninguém teria dormido tão tranquilamente se a situação fosse contrária, isto é, se o segredo estivesse em poder de algum país comunista ou neo-fascista. Esse temor poderia facilmente ser utilizado para reforçar o sistema totalitário no Mundo livre e democrático (...) Foi Deus que quis que isso não acontecesse e nós temos de pelo menos conseguir o tempo de respirar antes que esse perigo surja, empregando todos os esforços para que continuemos a manter essa superioridade, não permitindo o emprego ou a ameaça do emprego da nova arma por outros países. Mais tarde, quando a essencial fraternidade entre os homens estiver firmemente estabelecida e expressa no organismo mundial, esses poderes podem ser confinados a esse organismo (...).

“Posso agora ocupar-me do segundo perigo que ameaça o lar humilde e o vulgo – a tirania. Não podemos ficar cegos perante o facto de que as liberdades desfrutadas pelos cidadãos em todo o império britânico não

² ORWELL, George. **1984**. Lisboa: Antígona, 2007.

existem de facto num considerável número de países, alguns dos quais são muito poderosos (...). Ninguém conhece o que é a Rússia soviética e a sua organização internacional comunista, que pretendem realizar num futuro imediato ou quais sejam os limites da sua expansão e das suas tendências de proselitismo. Tenho uma viva admiração e considero muito o valente povo russo e o meu camarada de tempo de guerra, o marechal Estaline. Existem simpatia e boa vontade na Grã-Bretanha – e eu não duvido que o mesmo aconteça nos Estados Unidos – para com os povos de todas as Rússias (...) Reconhecemos e compreendemos a necessidade da Rússia em assegurar as suas fronteiras ocidentais de qualquer nova agressão alemã. Aplaudimos a sua admissão ao lugar que lhe pertence de direito entre as grandes nações do Mundo. Acima de tudo, é com muita satisfação que verificamos os constantes, frequentes e cada vez mais contactos entre o povo da Rússia e o nosso próprio povo, em ambos os lados do Atlântico. Contudo é dever meu apresentar-vos certos factos acerca da actual situação na Europa: De Stettin, no Báltico, até Trieste, no Adriático, baixou uma cortina de ferro através do continente. Atrás dessa cortina encontram-se todas as capitais dos antigos Estados da Europa Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia ficam atrás dessa cortina.”

A 12 de Março de 1947, Truman discursa para o Congresso norte-americano, onde pede 400 milhões de dólares para combater a influência comunista na Grécia e na Turquia. Este dinheiro contribuirá para a derrota dos comunistas na guerra civil grega (1946-49). Marca também o início da ‘doutrina Truman’: todo o dinheiro é pouco quando se trata de combater a influência da URSS. A opinião pública norte-americana é convidada, desde aí, a aceitar que os EUA têm como missão ‘ajudar povos’ submetidos à ameaça comunista, apoiá-los económica, política e militarmente.

A ‘doutrina Truman’, que norteou a política externa norte-americana até à derrota no Vietname e às ‘transições democráticas’ (1974-82) que se seguiram à revolução portuguesa, previa que o Mundo estava dividido entre nações livres e democráticas de um lado, e comunistas totalitárias do outro. E que os EUA deviam fazer tudo para eliminar a ameaça comunista: na Europa isso é feito através de injeções de dinheiro maciças; no resto do Mundo traduziu-se, na maioria dos casos, em invasões militares – como na Coreia e Vietname – ou apoio aos regimes de ditadura militar que existiram na América Latina e parte da Ásia nos anos 60 e 70.

O *Diário de Lisboa*, logo no dia 13 de Março põe na capa: “O discurso de Truman perante o Congresso causou profunda impressão pela rudeza do tom empregado na apreciação da situação internacional.» Numa passagem em que o *Diário de Lisboa* cita o jornal britânico *Times* pode ler-se:

Ninguém pode fechar os olhos à natureza do desafio lançado deliberadamente pelo Presidente ou supor que a nova fase que ele vem inaugurar seja tranquila ou fácil. Quando diz totalitarismo, quer dizer comunismo; quando fala de coerção, quer dizer coerção dos Governos aliados da Rússia. O seu desafio é lançado em nome da democracia ocidental e não deve ficar sem resposta.

O primeiro conflito armado da guerra-fria é a Guerra da Coreia. A guerra durou entre Junho de 1950 e Julho de 1953 e terminou com a divisão – que ainda hoje existe – entre as duas Coreias, divisão feita no paralelo 38. Os Estados Unidos e o Reino Unido entraram na guerra ao lado da Coreia do Sul e a República Popular da China e a URSS auxiliaram a Coreia do Norte.

Da CECA à União Europeia

Os representantes da Alemanha Federal, França, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo assinaram, em Paris, a 18 de Abril de 1951, o tratado que daria origem à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, precursora da CEE e da actual União Europeia. Júlio César, Carlos Magno, Napoleão e Hitler procuraram fazê-lo pelas armas, a Igreja Católica pela fé, os bolcheviques internacionalistas pela ideologia e organização das classes trabalhadoras. Jean Monnet e Konrad Adenauer começaram pela livre circulação do carvão e do aço. E, apesar das crises, o seu projecto de União Europeia é aquele que hoje vinga.

A União Europeia não nasce da negociação entre classes sociais no pós guerra – capitalismo regulado - mas vem de fora, dos Estados Unidos, que viram naquilo que era um mercado comum Europeu, ainda que naturalmente viesse a ser concorrencial aos EUA, a única forma de salvar o seu próprio mercado. Bem como afastar politicamente a influência socialista. É um projecto que implicou um acordo difícil, com crises e mesmo

recuos, entre as classes dirigentes dos países da Europa central, que viram nesta estratégia a única forma de vingarem enquanto países capitalistas, com manutenção da propriedade privada. O papel da França e da Alemanha foi e é determinante.

“O contributo dos EUA para este processo é também ele evidente” (SOTIRIS, 2018, p. 2), sobretudo através da figura de Jean Monnet (ANDERSON, 2009), francês nascido em Cognac, na França em 1888, responsável durante a Guerra pelas relações económicas de articulação da produção de guerra ao serviço da Grã-Bretanha junto dos EUA³, conselheiro de confiança de Roosevelt e um dos responsáveis pelos planos de reconstrução da economia francesa como membro do Comité Francês de Libertação Nacional: “Não haverá paz na Europa se os Estados forem reconstruídos na base da soberania nacional»⁴ declarou Monnet a 5 de Agosto de 1943.

Na Alemanha 40% do stock habitacional tinha sido destruído, na Inglaterra 30%, como vimos; no rio Sena, entre Paris e o porto mais importante da França no atlântico, *Le Havre*, não havia uma única ponte intacta; no rio Reno, só uma; frotas, ferrovias, canais, estradas, tinham sido destruídas. Em 1947, o inverno mais frio desde 1890, alastrou a fome; a Europa de Leste, o celeiro da Europa ocidental, estava sob controlo soviético – e ainda mais destruída do que a Europa ocidental.

Juntava-se a isto uma inexistente reforma agrária no sul da Europa, onde se exigia aos camponeses cada vez maior quantidade de produção a preços estáveis, permaneciam por isso miseráveis – serão eles a força motriz laboral de reconstrução da guerra na Europa central com as migrações massivas das décadas de 60, altura em que a Europa do sul assistirá à sua plena urbanização.

Escreve Josué de Castro, médico e ex-presidente da FAO⁵, fundada depois da II Guerra justamente para lidar com a questão da fome:

³ «Jean Monnet: the unifying force behind the birth of the European Union», European Commission, https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/jean_monnet_en.pdf, acesso 2 de Fevereiro de 2018.

⁴ «Jean Monnet: the unifying force behind the birth of the European Union», European Commission, https://europa.eu/european-union/sites/europaeu/files/docs/body/jean_monnet_en.pdf, acesso 2 de Fevereiro de 2018.

⁵ FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Embora as destruições da guerra fossem bem mais intensas nos países da Europa oriental do que na Ocidental, foi nesta segunda parte do continente que o fenómeno da deficiência alimentar se apresentou de mais difícil solução, dada a mais alta densidade da sua população, e ainda a dependência em que sempre viveu a Europa ocidental (...) A produção de cereais tinha baixado 50% no período de 1945-46 em relação a 1934-1938, a de carne 36%, a de manteiga 30% (...) cedo se verificou a impossibilidade de contar com os países da Europa oriental para suprir alguns desses défices mais alarmantes, uma vez que os interesses das duas grandes potências que se apoderaram do controlo económico do mundo – os EUA e a URSS – se opunham às trocas comerciais entre os dois mundos, sob respectivas influências. (CASTRO, 1978, p. 388).

Não havia grandes alternativas, no quadro do capitalismo, numa Europa fustigada pelo alto preço da alimentação, racionamento de carvão, devastada pela Guerra. A Inglaterra, que comparava metade dos seus produtos aos EUA, no fim da guerra estava sem stock de dólares; a França era o maior importador mundial de carvão e tinha um défice face aos EUA de 2,049 milhões de dólares, e muitos países europeus nem sequer tinham moeda para comerciar, com a inflação a atingir níveis estratosféricos. Na Alemanha “não havia uma moeda que funcionasse realmente” e o mercado negro era o valor consentido (JUDT, 2006, p. 86-87).

Os 4 elementos fundamentais que explicam o nascimento do mercado comum para o *sensu communis* - o fortalecimento da URSS depois da Segunda Guerra Mundial; a resposta dos EUA; o nascimento dos países subdesenvolvidos em resultado das revoluções anti coloniais; e a evolução interna da “Europa” (ANDERSON, 1961, p. 1) – simplificam, em conclusão, de forma grosseira, a análise da União Europeia. Porque retiram-na do seu contexto histórico de nascimento e evolução.

A ideia de uma Europa, evocada por Churchill em 1946 em Zurique (ANDERSON, 1961, p. 2), tinha sido um desígnio exclusivamente socialista e revolucionária até esta data – Os ‘Estados Unidos Socialista da Europa’ era um projecto desenvolvido em Zimmerwald durante a I Guerra Mundial, e mais tarde pela Oposição de Esquerda trotskista (MENDONÇA, 2012), que a Internacional Comunista Estalinizada boicotará em nome de “salvaguardar a defesa da URSS”, o que, como referimos, implicava manter internamente intocada a casta burocrática que se apoderou no poder depois de 1928. Perry Anderson

(porventura o intelectual marxista vivo mais reconhecido), faz o balanço de que o maior feito da burguesia no século XX foi a construção de uma Europa unida “por cima” (ANDERSON, 1961, p. 1) - algo até aí impensável, uma vez que a UE nasce como um híbrido invulgar. Afinal, um imperialismo podia viver sem derrotar o outro!

Em Julho de 1947 surgia na revista *Foreign Affairs* um artigo assinado Mister X (George Kennan, diplomata norte-americano colocado em Moscovo), que traçava os objectivos da política externa dos EUA de “contenção”⁶. Para isso, do ponto de vista militar, foi fundada em 1949 a NATO (seguida do outro lado, em 1955, pelo Pacto de Varsóvia). Do ponto de vista político e económico, foi abandonada formalmente a ideia de manter a Alemanha numa condição de subdesenvolvimento - é duvidoso que esta ideia fosse realmente dominante entre os aliados que pouparam nos bombardeamentos mais de 80% das estruturas fabris da Alemanha nazi, fustigando porém cidades inteiras. As zonas de ocupação americana, inglesa e francesa foram progressivamente integradas até à Constituição, em 23 de Maio de 1949, da República Federal Alemã (RFA). A 7 de Outubro desse ano, a zona de ocupação soviética passaria a ser a República Democrática Alemã (RDA). Em simultâneo, o Plano Marshall e os planos de ajuda militar seguintes canalizaram recursos imprescindíveis (13 000 milhões de dólares) para a reconstrução económica da Europa Ocidental entre Abril de 1948 e Setembro de 1951 (ANDERSON, 1961, p. 2). Como recorda o historiador David Reynolds “A América não foi bombardeada nem ocupada e tinha tido 300 mil mortos (0,25% da população). Na verdade a guerra impulsionou a economia norte americana a sair da depressão produzindo em 1945 metade do *output* mundial”. (REYNOLDS, 1996, p. 283).

Os acordos de Londres de Junho de 1948 desenharam o Plano Schumann do carvão e do aço, onde se anunciava uma “revolução europeia”, que levaria aos “Estados Unidos da Europa” (ANDERSON, 1961, p. 3). O Plano é apresentado em 1950. A crise de Berlim de 1948 e o início da guerra da Coreia em 1950 vão levar à pressão norte-americana para que a integração europeia fosse também realizado pela incorporação militar. O Plano Marshall de auxílio à reconstrução económica foi assim rapidamente ultrapassado

⁶ George Kennan, In *Foreign Affairs*, <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>

pelo Programa de Segurança Mútua e em Julho de 1952/1953 de um total de quase 5 mil milhões dólares, 3,5 foram para Ajuda Militar Directa e 1,2 para Ajuda à Defesa. (ANDERSON, 1961, p. 4).

Paulatinamente o *boom* económico leva a uma votação cada vez mais expressiva na Democracia Cristã, por um lado, e a um clima favorável para que a frente popular da resistência se espalhasse. Como corolário do fim da unidade entre partidos vem o fim da unidade entre federações e associações sindicais, consolida-se a separação entre as grandes famílias sindicais, sindicalismo comunista, social-democrata e cristão. Na Alemanha onde o *boom* económico é mais espectacular nasce o modelo da concertação social entre capital e trabalho – a participação dos trabalhadores, sempre em posição minoritária porém, nos conselhos de administração das empresas.

Em 1951 nasce a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) composta por seis membros: Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Com este tratado o poder de decisão sobre as indústrias do carvão e do aço nos países membros estaria centralizado num órgão supranacional a "Alta Autoridade". Jean Monnet foi o seu primeiro Presidente.

Em 1957 é assinado o Tratado de Roma, que criou a Comunidade Europeia da Energia Atómica (EURATOM) e a Comunidade Económica Europeia (CEE). Os Estados Membros decidiram constituir um "mercado comum". O mais importante destes tratados foram os acordos de reestruturação produtiva e acordos de especialização na produção, acompanhados de um modelo comum de lei, administração e taxação neste sector.

Ao mesmo tempo que se erguiam as instituições dava-se uma americanização dos métodos de gestão nas zonas mais pujantes, Norte da França, Norte de Itália, Ruhr. Ajudados por um *boom* expansionista económico. No final de 1952 a Alemanha ocidental colocava algo como 22% do seu PIB em investimento. O mais veloz e impressionante crescimento económico dá-se justamente nos dois países onde o fascismo/tirania tinham sido derrotados, a Alemanha e o Japão. Tudo parece indicar – já o aludimos - que, por um lado, havia uma disciplinarização da força de trabalho para a guerra, isto junto com a introdução dos métodos de gestão americanos e onde não se questionava a hierarquia da produção capitalista, aumentava a produtividade. E porque, além da disciplina da força de

trabalho, havia a prévia destruição dos sindicatos e partidos políticos que representavam interesses das classes trabalhadoras. Não havia portanto, contrapeso revolucionário à ideologia da “reconstrução nacional”.

Esta ideologia, do esforço de reconstrução nacional mantendo a ordem capitalista, porque “era o tempo de erguer a nação” e não questionar em que moldes produtivos se faria, foi particularmente forte na França estando o PCF, liderado por Maurice Thorez, no governo até 1947. O espírito francês de contestação à hierarquia das empresas vai-se desenvolver de facto depois das greves do Maio de 68 e não depois da derrota alemã de 1945 justamente porque o “apelo nacional” do PCF é muito forte.

Mas um outro factor, quase arrepiante, vai ser fundamental: a guerra tinha destruído a vida civil, mas não as fábricas. Primo Levi descreve em Auschwitz: “Para saber como ia a guerra nem sequer precisávamos de notícias de longe. De noite, quando todos os barulhos do campo se apagavam, ouvia-se cada vez mais próximo o rombo da artilharia: a frente já ficava a menos de uma centena de quilómetros de distância, dizia-se até que o Exército Vermelho já estaria nos Beskides⁷. A fábrica gigantesca em que trabalhávamos tinha sido mais do que uma vez bombardeada pelo ar, com precisão científica e maligna: uma bomba, apenas uma, na central térmica, deixou-a fora de serviço durante duas semanas; assim que os dados foram reparados, e a chaminé recomeçou a deitar fumo, mais uma bomba, e assim por diante. Era claro que os russos, ou os aliados em concertação com os russos, queriam impedir a produção, sem destruir os equipamentos. Queriam ficar com eles quando a guerra acabasse, e de facto foi o que fizeram: hoje é a maior fábrica de borracha sintética da Polónia».⁸

Tony Judt é cortante, sobre este tema, na sua história da Europa depois de 45, a “guerra nem sempre é um desastre económico, pelo contrário pode ser um poderoso estímulo para algumas áreas”. A II Guerra que fez, como o escrevemos, 50% de mortos civis, contra os 5% da I Guerra, vai, segundo Judt, ser devastadora para as pessoas e os lugares mas poupará as fábricas e empresas:

⁷ Maciço montanhoso situado a sul da Polónia

⁸ Primo Levi, *O Último Natal de Guerra*, Lisboa, Cotovia, 2015, p. 42.

Menos de 20% do sector industrial alemão tinha sido destruído; mesmo no Ruhr, onde a maior parte dos bombardeamentos aliados foram concentrados, dois terços das fábricas e maquinaria sobreviveu intacta (...) A GB, URSS, França, Itália e Alemanha (Japão e EUA) todos saíram da guerra com um stock de máquinas para recomeçar. (JUDT, 2006, p. 83).

Em 1967 passou a existir uma única Comissão e um único Conselho de Ministros, bem como o Parlamento Europeu, que desde 1979 tem eleições independentes. Mas se os primeiros anos foram marcados pela frustração de construir passos comuns – com sucessivas rejeições por partes dos estados membros a avanços no projecto – construiu-se neste período uma política agrícola comum e o Tribunal Europeu (1952).

Para Panagiotis Sotiris uma parte da explicação fundamental do que é a UE – não é uma federação – resulta numa importância política crescente da ideia de integração que tem o seu marco fundamental numa crescente burocracia que não pode ser resumida a uma tecnocracia. Para o autor o funcionalismo, o federalismo e a cooperação inter governamental, os eixos ideológicos do projecto (propagandísticos, que não existem como tal, segundo Sotiris) são instituições supranacionais que, pese embora o seu grau de contradições, funcionam e são centrais na tomada de decisões (SOTIRIS, 2018).

No dia 22 de Janeiro de 1972 a Grã-Bretanha, Irlanda, Dinamarca e Noruega assinam o acordo para entrar na Comunidade Económica Europeia (CEE). Na Noruega porém um referendo popular chumba a adesão. Será o primeiro alargamento da história da organização, a que pertenciam a Alemanha Federal, a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo e a Itália. A satisfação era mútua, para os que entravam e para os sócios fundadores. O poderio económico e o peso nas relações monetárias mundiais aumentavam para a CEE decisivamente. Alguns dos homens mais importantes da fundação da CEE estão presentes na cerimónia de alargamento em Bruxelas: Jean Monnet, Spaak e Hallstein. Este novo mercado comum impressiona economicamente: representa 41% do comércio mundial.

O Acto Único Europeu adoptado em 1986 – numa altura em que dentro da UE e dos seus apoiantes vinga o projecto neoliberal – promovia a remoção de todos os obstáculos à circulação de capitais e mercadorias, incentivando as privatizações e a flexibilização do

mercado de trabalho. Como o projecto europeu federativo tinha fracassado (que só poderia ter existido num relação tendencialmente igual que implicava transferência de conhecimento, patentes, formação dos países mais ricos para os países mais pobres), uma vez adoptado um mercado único, e a livre circulação, ia abrir-se necessariamente as portas da desigualdade. Por exemplo, a Alemanha tem o dobro da produtividade de Portugal. O corolário desta política era óbvio – mais trabalho por menos.

A exigência de extracção de mais-valia não pela transferência de recursos científicos que trariam os países do sul para o norte, mas a concorrência salarial à escala europeia, restringindo cada vez mais os salários directos e indirectos no sul da Europa e na Alemanha foi o caminho:

Na Europa, contudo, uma lógica foi posta em marcha depois da reunificação alemã, e o desenho da união monetária acordada em Maastricht, seguido pelo Pacto de Estabilidade, ambos requeridos pela Alemanha. A comandar a moeda única estaria um banco central de concepção Hayekiano⁹, que não responderia nem a eleitores nem a governos, mas só ao objectivo de controlo dos preços. A dominar esta nova zona de moeda única estaria a sua maior economia, agora alargada a leste, com uma grande reserva de trabalho barato nas suas fronteiras. Os custos da reunificação foram altos, arrastando o crescimento germânico. Para recuperar, o capital germânico forçou um recuo nos salários sem precedente, aceite pelos trabalhadores alemães sob a chantagem de deslocalização para a Polónia, Eslováquia e outros. Assim que a produção manufactureira cresceu e os custos relativos declinaram, as indústrias alemãs de exportação tornaram-se mais competitivas do que nunca, aumentando o domínio e o controlo sobre os mercados da Eurozona. Na periferia da Eurozona, por outro lado, a correspondente perda de competitividade das economias locais foi anestesiada com uma circulação de capital barato emprestado a juros uniformizados, de acordo com as regras alemãs. (ANDERSON, 1998, p.32).

Esta curta nota foi escrita por Perry Anderson em 1998, dez anos antes do colapso das dívidas públicas no sul da Europa, depois dos Estados terem salvo em “resgastes” sem precedentes ao nível financeiro, os bancos falidos, com o Fundo de Estabilização Europeu e o FMI (Fundo Monetário Internacional).

O controlo da inflação do Tratado de Maastricht (1992), que criou a União Europeia (EU), era fundamental para a Alemanha, que estava mergulhada numa crise profunda

⁹ Referência a Hayek, pai teórico do neoliberalismo

com a reunificação, em 1990. O Tratado estabelecia que a relação entre o défice orçamental e o PIB não podia exceder 3% e colocava um grau de estabilidade dos preços, e uma taxa média de inflação que não podia exceder em mais de 1,5% a verificada nos três Estados-Membros com melhores resultados em termos de estabilidade dos preços. Na prática, como não há taxas reais de crescimento superiores a 3%, isto significava que os países mais pobres não tinham outra saída se não a de fazer cortes dramáticos nas despesas públicas.

Da mesma forma que a crise de 1970 tinha dado um impulso decisivo à criação da moeda única, o Tratado de Lisboa, que entrou em vigor em 2009 - e que substituiu o direito ao trabalho *pelo direito a procurar emprego* – pondo assim fim ao pacto social europeu, não pode ser desvinculado dos efeitos da crise de esgotamento das “novas tecnologias» de 2001, e depois da crise de 2008. Com a Europa a enfrentar a questão do mercado de trabalho europeu como um dos pontos centrais do seu programa na última década (2008-2018). A crise aprofundou-se portanto. Menos investimento público, mais imobilização da capacidade produtiva (desemprego), salários mais baixos, desgaste cada vez maior da força de trabalho, usada ao limite da exaustão cada vez mais.

Esta complexa e desigual estratégia de evolução da União Europeia, desde a sua criação, gerou uma burocracia poderosa. Segundo Panagiotis Sotiris, com um poder desmesurado e antidemocrático sob as “classes subalternas» dos estados membros. Mas, contudo, é um projecto imperialista que porém não criou um estado supra nacional: as teorizações de uma Europa supranacional tendem:

a sobrestimar um aspecto deste processo, o contínuo fortalecimento das intuições da UE e a expansão da burocracia na UE, e a subestimar a contínua e efectiva importância dos antagonismos e conflitos dentro da União Europeia. Assim, temos que insistir que a integração europeia é um projecto imperialista em ambos os sentidos, quer na relação da UE com o resto da cadeia imperialista e seus antagonismos internos, quer *dentro* da UE na sua relação desigual entre os seus diversos estados membros. (SOTIRIS, 2018, p. 9).

A União Europeia não é porém o símbolo nem de uma Europa Unida, nem coesa, não o foi então, nem o é hoje (Böröcz, 2010) . De Gaulle tinha uma França com menos capacidade produtiva, almejava mais autonomia. Adenauer, com uma indústria fortíssima,

queria mais integração – a Europa e o seu mercado. A União passou por várias vicissitudes, mas a principal de todas é que a Europa esteve na maioria da sua história dividida, até à queda do Muro em 1989: “Qualquer pessoa com menos de cinquenta anos cresceu - ou nasceu – num mundo gelado na sua forma de Guerra Fria, escreveu o historiador britânico e activista da paz E. P. Thompson (1987). “Deve parecer um facto imutável da geografia que o continente europeu é dividido em dois blocos que são atingidos em posturas de ‘dissuasão’ para sempre.” Dois anos depois, no entanto, o bloco oriental dissolveu-se, no final de 1990, a Alemanha foi reunificada. Em 31 de Dezembro de 1991, a própria União Soviética deixou de existir. Por que as barreiras pareciam tão permanentes? Por que, no fim, caíram tão rapidamente?” (REYNOLDS, 1996, p. 282).

No dia 17 de Fevereiro de 1964 a Espanha apresenta ao Conselho de Ministros da Comunidade Económica Europeia (CEE) uma petição para iniciar conversações para aderir. Já em 1962 a Espanha tinha feito uma petição para associar-se ao Mercado Comum. No dia 25 de Março uma reunião do conselho de Ministros veta a aproximação espanhola, depois da Itália se ter oposto e apesar de a Alemanha, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo se mostrarem favoráveis. O debate acalorado vai levar os membros da CEE a protelarem a discussão de entrada de novos membros até que seja definido por todos uma doutrina de associação para países fora do Mercado Comum.

Em Espanha a seguir à guerra civil eclipsou-se a “europeização”. O conceito foi recuperado pelos vencidos da guerra civil (1936-39), associado à democracia, desenvolvimento económico-social e à luta contra o regime franquista e ao fim do isolamento tradicional de Espanha. Na década de 70, o modelo europeu foi aceite pelos principais partidos e nacionalidades históricas na Espanha (Castañares, 2005).

Em Portugal o projecto, por força da revolução dos cravos (1974-1975), foi mais complexo internamente. A sua força motriz política é o Partido Socialista, a “Europa Connosco» que ofereceria uma Europa que seria uma “terceira via” entre a URSS e o capitalismo, e que assentaria num regime parlamentar/democracia pluralista; reformas keynesianas/economia mista, manutenção de um certo grau de planificação e a manutenção do amplo Estado-providência herdado da revolução – garantia então o PS que as “conquistas da revolução» seriam mantidas. E naturalmente a CEE significava a

criação de instituições supranacionais para responder a um mundo bipolar onde a Europa estaria como que a “meio», salvaguardada dos conflitos EUA-URSS. O amplo apoio da CEE e dos EUA permitiram o desenvolvimento dos partidos moderados e liberais. A entrada porém só se dá em 1986, depois da revisão constitucional de 1982.

Notas Conclusivas

Nos anos 90 o projecto europeu foi acompanhado em Portugal e no Sul da Europa de uma mudança estrutural no crédito às infra-estruturas de comercialização de troca de bens desiguais (exportação de produtos baratos por parte de Portugal; importação de maquinaria da Alemanha e França) – transferência de fundos estruturais. Que, embora aumentado exponencialmente a dívida, que rebentará em 2008, criou no imediato melhorias substanciais nas comunicações, ampliou o crédito à habitação (num país que nunca, mesmo depois de 1974, teve uma política habitacional digna desse nome). A adesão ideológica popular à UE cresceu então, passando a ser claramente maioritária.

O entusiasmo popular com o projecto da EU vai, depois, cair, em toda a Europa, após a crise de 2008: “Comparando as atitudes dos cidadãos da UE com a UE entre 1993 e 2016, concluímos que a confiança da Grécia na UE caiu de mais de 60% para 15% (...) Em Espanha, a confiança na UE está no mesmo nível que no Reino Unido, tendo quase diminuído para metade desde 1993 (48% a 27%) de acordo com os inquéritos de opinião pública da Euro barómetro da UE. Do mesmo modo, o pessimismo na UE aumentou acentuadamente nos últimos nove anos. Em 2007, menos de 20% das pessoas nos países europeus eram pessimistas sobre a UE, mas esse número aumentou para cerca de 40%, liderado pela Alemanha e França.»¹⁰

É um erro historiográfico - embora comum -, comparar conjunturas que não são comparáveis. O reformismo político da Alemanha de Weimar deu-se na pujança de acumulação pós 1919 – os “loucos anos 20”. O reformismo político francês de 1936 apoiou-se na existência de colónias e nos mercados privilegiados que estas proporcionavam. As reformas do Estado Social do pós 1945 foram erguidas estando os

¹⁰ «Getting over Globalization», CREDIT SUISSE AG, Research Institute 2017, p. 24

trabalhadores europeus armados (milhões de soldados e partisans) e com uma economia de guerra, seguida dos lucros maciços permitidos pelas taxas de crescimento da reconstrução do pós-guerra.

O Estado Social foi abraçado pela social-democracia e pelo movimento comunista fiel à URSS no Ocidente, mas não nasceu de um consenso. Nasceu do apocalipse da II Guerra. A essência deste pacto foi a segurança no emprego, por outras palavras, a possibilidade de assim os trabalhadores regularem o preço da força de trabalho – associada a esta vem o Estado Providência e seus direitos conexos. Este Pacto terminou entre 1984 e 1987, com a reestruturação produtiva e a globalização.

A crise actual – que é económica, política, cultural, e é profunda - deve-se, entre outros factores, ao colapso moral da social-democracia, com a “terceira via” e o abraço das políticas neoliberais, iniciado na segunda metade dos anos 80. Pois ao mesmo tempo que Margaret Thatcher mandava a polícia avançar com violência sobre os mineiros, as grandes centrais sindicais dos principais países europeus, dirigidas por partidos social-democratas e comunistas, negociavam a reestruturação produtiva, sem luta.

A tentativa de fazer face à queda tendencial da taxa de lucro a seguir à crise de 1981-1984 criando um mercado de trabalho europeu hipercompetitivo, inseguro, incerto, onde os lucros estariam mais seguros, ou pelo menos não tão à mercê do humor das crises cíclicas, levou a social-democracia a abdicar de si própria, *just in time*, qual retorno dos anos 30. Já os Partidos Comunistas carpem a queda de um mundo que nunca existiu – a URSS não era um Estado dos Trabalhadores, por se ter tornado uma nova forma de Estado contra os trabalhadores. A ideologia do assistencialismo, das pré-reformas, do colchão social focalizado, da desistência da luta pelo direito ao trabalho pela redução da jornada laboral sem redução salarial, nasceu antes da queda do Muro, pela aceitação da chantagem da deslocalização. Trocaram, como programa político, o direito ao trabalho pelo direito ao subsídio de desemprego. Os anos 90 só vieram adensar um caminho que tinha sido traçado no meio da década de 80 do século XX, em sede de Concertação Social, em praticamente todos os países europeus, com excepção – e mesmo assim só parcialmente - da França, onde foi mais tardio (justamente pelo impacto que o Maio de 68 teve na constituição de sindicatos e partidos radicais que retardaram a aplicação das

medidas neoliberais e assistenciais, mantendo um forte Estado Social e emprego protegido).

O fim da guerra foi porém a construção de uma excentricidade histórica no capitalismo: o pleno emprego e o Estado Social, erguidos em troca de os trabalhadores - transformados em soldados - terem entregue as armas em 1945. A estrutura de direitos sociais na Europa nasce antes da criação de qualquer mecanismo de unificação europeu ocidental, como a CECA e a CEE. Nasce do facto de a propriedade estar destruída, da resistência ter por composição social trabalhadores armados e das greves do pós guerra.

A destruição do rival dos EUA, da França e da Grã-Bretanha ergueu porém uma nova relação internacional de Estados - a supremacia norte-americana e o início da guerra fria. O Plano Marshall rapidamente evolui para um plano de mútua ajuda, a resistência francesa ao rearmamento alemão foi ultrapassada pela integração da Alemanha Federal na NATO e a ideia dos Estados Unidos da Europa, na Declaração de Schumann, foi abandonada pela construção de uma Europa com crescente integração económica. Hoje sem compreendermos esta subordinação da Europa aos EUA não entendemos a evolução da União Europeia, e também das suas contradições internas.

As últimas 5 décadas da história da Europa foram marcadas também pelo inusitado crescimento do papel do Estado na economia. E não pela ausência de intervenção do Estado na economia, como tantos argumentam. Houve mutações - profundas - na intervenção estatal. Seja através dos mecanismos de Concertação Social, seja através das políticas sociais focalizadas, da Assistência Social, que cobrem o crescente desemprego e ou baixos salários, seja através das alterações do quadro legal que regulamentam a precarização laboral (a flexibilidade laboral é marcada por formas de regulamentação estatal que a promovem e não por ausência de regulamentação do Estado), da dívida pública, da colecta de impostos, dos subsídios às empresas privadas, e da extensão do papel neste na formação e manutenção da força de trabalho, hoje há muito mais e não menos Estado do que antes da II Guerra Mundial.

A crise dos regimes políticos europeus actuais, expressa, entre outros factores, no quase constante aumento da abstenção eleitoral, na crise do bipartidarismo, crise que se

agravou em múltiplos aspectos depois de 2008, não é uma crise de Estado. Pelo contrário, este fortaleceu-se no curto prazo ganhando uma influência sobre o tecido económico enorme, com a salvação das instituições bancárias e financeiras. Mas não pode, a crise, ser compreendida fora do âmbito do crescimento do aumento de impostos concomitante à perda de serviços e da sua qualidade – o fim do “modelo social europeu”. A médio prazo este “fim do modelo social» vai transformar-se numa crise de próprio Estado.

Uma e outra vez os intelectuais são por isso chamados a ir ao pretérito da sua função, como defende o filósofo Terry Eagleton, sobre os intelectuais, a crítica e a esfera pública: “A crítica moderna nasceu de uma luta contra o Estado absolutista; a menos que no seu futuro se defina agora como uma luta contra o Estado burguês, é possível que não lhe esteja reservado futuro algum”. (EAGLETON, 1991, p. 116).

É difícil afirmar, e com isto terminamos, que a União Europeia, com a crescente desigualdade, não criou também uma identidade forte, “de baixo para cima” nestas décadas de paz. O que os Europeus farão com isso no futuro permanece uma incógnita.

Referências

- ANDERSON, Perry. **The new old world**. London: Verso, 2009.
- ANDERSON, Perry. A Sense of the Left. **New left Review**. London. v.1, n.231, Sept./Oct. 1998.
- ANDERSON, Perry; HALL, Stuart. The politics of common Market. **New Left Review**. London. v.1, n.10, July/aug. 1961.
- Böröcz József. **The European Union and global social change: a critical geopolitical-economic analysis**. Oxford: Routledge, 2010.
- CASTAÑARES, Juan Carlos Pereira; JUSTE, Antonio Moreno. A Espanha: no Centro ou na Periferia da Europa? In: PINTO, António Costa; Teixeira; Nuno Severiano. **A Europa do Sul e a construção da União Europeia 1945-2000**. Lisboa: ICS, 2005, p.45-74.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome**. Porto: Brasília Editora, 1978
- DUNLOP, John. The decontrol of Wages and Prices. In: **Labor in post war America**. Warne: Remsen Press, 1949.
- EAGLETON, Terry. **A função da crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 1991
- JUDT, Tony. **Post war, a history of Europe since 1945**. New York: Penguin Books, 2006.
- MAIER, Charles Maier. The two postwar eras and the conditions for stability in twentieth-century western Europe. In: **American Historical Review**, v. 86, n. 2, 1981.
- MENDONÇA, Carlos Rebello de. **Trotsky e a Europa Ocidental do entre Guerras**. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.
- REYNOLDS, David Reynolds. Europe divided and reunited. In: BLANNING, Timothy Charles William. (Ed.). **The Oxford history of modern Europe**. Oxford University Press, 1996.
- SASSOON, Donald. **One hundred years of socialism**. London: IB Tauris, 2014.
- SHAIK, Anwar. Who pays for the “welfare” in the welfare State?: A Multi-Country Study. **Social Research**, v. 70, n. 2, p. 531-550, 2003.

SOTIRIS, Panagiotis; SAKELLAROPOULOS, Spyros. European Union as Class Project and Imperialist Strategy. **ViewPoint Magazine**, London, v.1, n.2, 2018.

TICKTIN, Hillel. Towards a political economy of the USSR. **Critique**, Glasgow, v. 1, n.1, 1973.

TOUSSAINT, Éric. **Your money or your life: the tyranny of global finance**. Chicago: Haymarket Books, 2005.

VARELA, Raquel. **A segurança social é sustentável: trabalho, estado e segurança social em Portugal**. Lisboa: Bertrand, 2013.

VARELA, Raquel. **Quem paga o estado social em Portugal?** Lisboa: Bertrand, 2012

Recebido em 30/09/2018
Aprovado em 06/12/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 11 - Número 26 - Ano 2019
tempoeargumento@gmail.com